



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL: OLHARES A PARTIR DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPI**

**SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA<sup>1</sup>**

**IRACILDA ALVES BRAGA<sup>2</sup>**

**ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Objetiva-se compreender como o debate étnico-racial vem aparecendo na formação em Serviço Social, a partir de estudo aproximativo com o curso de graduação na Universidade Federal do Piauí e para o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Constatou-se que historicamente essa temática foi invisibilizada, ganhando mais destaque na atualidade, alinhando-se ao movimento da categoria no país.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Formação; Questão étnicoracial;

### **ABSTRACT**

The objective is to understand how the ethnic-racial debate has appeared in training in Social Work, based on an approximate study with the undergraduate course at the Federal University of Piauí and for the Postgraduate Program in Public Policies. It was found that historically this theme was made invisible, gaining more prominence today, aligning with the movement of the category in the country.

**Keywords:** Social Work; Education; Ethnic-racial theme;

### **INTRODUÇÃO**

O Piauí é um estado periférico localizado no Nordeste do Brasil, de herança colonialista,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

escravocrata, latifundiária, oligárquica, coronelista e clientelista. Composto por 224 municípios, sua capital é Teresina, e é o terceiro maior estado da região. Em 2022, contava com uma população de 3.271.199 habitantes, e faz fronteira com a Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Tocantins (IBGE, 2022).

O curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi fundado em 1976, poucos anos após a inauguração da referida universidade, em 1968, que foi a primeira do estado. A UFPI é uma instituição de ensino superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), com sede e foro em Teresina.

Até o ano de 2022 foram formados 1.3666 bacharéis em Serviço Social na UFPI (UFPI, 2024), que permanece como sendo a única instituição pública a ofertar esta formação na realidade piauiense. Nessa direção, o presente artigo objetiva compreender sobre como o debate étnico-racial vem aparecendo na formação em Serviço Social, a partir de um estudo aproximativo com a realidade do curso de graduação na UFPI e para o Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP).

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, pautado no método dialético de Marx. Para tal, foram levantados de currículos, projetos pedagógicos, resoluções, monografias, dissertações e teses do curso de graduação em Serviço Social e do PPGPP UFPI, de modo a identificar como a temática étnico-racial se faz presente (ou não) no processo formativo.

## **PERCURSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI E A INVISIBILIDADE DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL**

No Piauí, a implantação do Serviço Social se dá em 1947, com a contratação da primeira assistente social para atuar na Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada no estado em 1942, pela necessidade de um(a) profissional “técnico que soubesse utilizar melhor os recursos humanos e materiais disponíveis” (Setubal, 1983, p.127).

O primeiro curso de Serviço Social do Piauí foi criado quase três décadas depois, através da Resolução nº 02/1976 do Conselho Universitário da UFPI, pela necessidade de assistentes sociais para atuar nos programas sociais das diversas instituições, sobretudo de natureza pública, que se expandiram no estado desde a década de 1970, associada a grande demanda de piauienses em busca de estudar Serviço Social em outras regiões do país (UFPI, 1987).

Importante assinalar que, até então, o Nordeste contava com cerca de 11 cursos de Serviço Social, sendo o primeiro fundado em Pernambuco, em 1940. Segundo Vieira (1992), as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

escolas criadas na região no período de 1940 e 1950 nasceram como unidades isoladas, particulares, com orientação católica, administradas por congregações religiosas. Aquelas que foram criadas sobretudo a partir da década de 1960 já nasceram integradas às universidades, sob responsabilidade do poder público, como é o caso do curso da UFPI.

O curso de graduação de Serviço Social da UFPI implementou cinco propostas curriculares desde o seu surgimento: o primeiro currículo pleno foi aprovado em 1976; o segundo, em 1987; o terceiro, no ano de 1994; em 2007 foi aprovado o Projeto Político Pedagógico do curso (PPC), que sofreu pequenas alterações em 2012, dando bases para o quarto currículo; e recentemente, em 2023, o curso finalizou a revisão do seu novo PPC, implementado a partir de 2024.

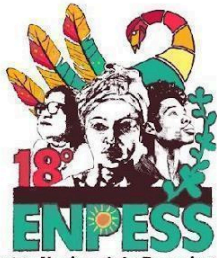
As transformações ocorridas nos referidos projetos curriculares refletem as transformações sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais enfrentadas pela profissão no país, na região e no estado nas distintas épocas, que direcionam a formação em Serviço Social e o perfil do(a) assistente social a ser formado.

O primeiro currículo pleno da UFPI atrelava-se ao currículo mínimo nacional de 1970, conforme Parecer nº 242/70 do Conselho Federal de Educação (CFE), que era pautado na tríade “caso, grupo e comunidade” do Serviço Social tradicional, de base funcionalista e psicologizante. Assim, a formação era guiada por uma perspectiva conservadora de profissão e de sociedade, que atendia a lógica do Estado autocrático burguês, no cerne do regime ditatorial vivenciado (Pereira, 2024).

O currículo era frágil em relação aos conteúdos políticos, históricos e teóricos e, no que tange a questão étnico-racial, a única menção localizada diz respeito à disciplina obrigatória de “Antropologia Cultural”, que previa a discussão sobre as “[...] relações entre índios, negros e brancos no Brasil” (UFPI, 1976). Apesar de insuficiente, esse conteúdo aparecia como inovador para a época, não estando previsto no currículo mínimo das escolas de Serviço Social vigente.

Em 1987 foi aprovado o segundo currículo pleno do curso de Serviço Social da UFPI, sintonizado com as transformações sócio-políticas vivenciadas em nível nacional e local na década de 1980 em prol da redemocratização. Esses acontecimentos ecoaram na categoria em nível nacional, que se somava as lutas e movimentos da sociedade civil organizada e buscava romper com o conservadorismo das suas origens, em um processo de renovação.

Como resultado, em 1982 foi aprovado um novo currículo mínimo para as escolas de Serviço Social, estabelecido no Parecer nº 412/1982 do CFE, coordenado pela então Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social (ABESS).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A reformulação curricular aprovada na UFPI em 1987 refletiu esse movimento, sendo o resultado de um amplo processo de coletivo de discussão com docentes, discentes, supervisores de estágio e profissionais, em diálogo constante com a Regional Norte da ABESS, visando a elaboração de um projeto curricular que atendesse as novas demandas, temáticas e desafios colocados para a profissão na época, no Brasil e no Piauí (UFPI, 1987).

O referido currículo foi um marco, especialmente pela influência da tradição marxista, que demarcava uma clara direção crítica na formação em Serviço Social da UFPI, em consonância com a proposta nacional. Assim, a proposta curricular expressa avanços significativos para o processo formativo em Serviço Social, inovando e ampliando conteúdos sobre “sociedade capitalista, questão social, classes sociais, movimentos populares, dentre outras categorias que dialogam com o pensamento social de Marx” (Pereira, 2024, p.220). Todavia, também apresentava fragilidades, como o silenciamento do debate sobre a questão étnico-racial, ausente das ementas das disciplinas obrigatórias ou optativas do curso. Ademais, não foi localizado nenhum Trabalho de Conclusão de Curso voltado para a temática no período de vigência do segundo currículo.

Em 1994, o curso Serviço Social da UFPI aprova sua terceira revisão curricular, que refletia os ventos democráticos e conquistas sociais pós-Constituição de 1988, ao tempo que buscava responder aos novos desafios postos pelo projeto neoliberal que avançava no Brasil a partir de 1990. A nova proposta ainda se atrelava ao currículo mínimo de 1982, cujo principal objetivo, segundo Guimarães (1995), era “desamarrar” e “desbloquear o currículo” permitindo um fluxo mais rápido dos estudantes na grade curricular. Cabe destacar o seu avanço em direção ao pluralismo, na busca pelo diálogo com diferentes matrizes teórico-metodológicas, tendo como hegemônica a tradição marxista. Todavia, os conteúdos sobre temáticas relativas à raça e etnia permanecem silenciados no referido currículo. Apesar disso, merece destaque o primeiro Trabalho de Conclusão de Curso localizado na série histórica que trata da questão de raça, articulado ainda ao gênero, que data do ano de 1997, sob a vigência do terceiro currículo, intitulado “Mulher, negra e universitária: uma conquista ou um desafio?”<sup>4</sup>.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, a formação acadêmico-profissional no país articula-se a direção construída pela categoria com o seu Projeto Ético-Político, orientado por uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece

---

<sup>4</sup> CRUZ, Antônia Gomes da; SILVA, Conceição de Maria Gama da Cunha e. **Mulher negra e universitária: Uma conquista ou desafio?** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí, 1997.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional.

O curso de Serviço Social da UFPI aprovou em 2007 o seu Projeto Político-Pedagógico à luz das Diretrizes da ABEPSS e, no ano de 2012, sofre modificações, aprovadas na Resolução nº 169/2012, que resulta em uma “definição de conteúdo por disciplina, bem como reestruturação de disciplinas para aglutinar conteúdo. Além disto, foram incorporados conteúdos de gênero e diversidades, raça e etnia libras e meio ambiente” (UFPI, 2012, p. 4). Em decorrência, tem-se a inclusão no PPC da disciplina optativa “Diversidade de gênero, sexo, classe e etnia racial”, que aborda sobre a questão de raça e etnia, articulado ao debate de gênero, sexualidade e classe. Todavia, por ser um componente optativo, não há obrigatoriedade de oferta regular, assim como os(as) estudantes podem ou não se matricular.

De tal modo, a temática étnico-racial permanece pouco estudada no processo de formação da UFPI. Inclusive, dentre os Trabalhos de Conclusão de Curso publicados de 1997 a 2012, só foi possível localizar uma produção em 2007, intitulado “Ser negro e ser encarcerado: a percepção dos detentos da Casa de Custódia de Teresina”<sup>5</sup>.

Importante lembrar que, no período de aprovação do PPC da UFPI, em nível nacional, o debate sobre a questão racial ainda aparecia de forma insipiente na categoria, apesar das Diretrizes Curriculares já sinalizarem uma compreensão das desigualdades sociais a partir da “diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.” (ABEPSS, 1996, p.11). O Código de Ética de 1993 também apresenta como princípios fundamentais a defesa intransigente pelos direitos humanos, articulados a defesa por um projeto de sociedade sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, assim como o exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p.24).

Dessa forma, já se apresentava um olhar sobre as relações sociais de classe articuladas as desigualdades de gênero, raça, etnia e sexualidade. Todavia, esse conteúdo ainda estava pouco presente nos debates da categoria e na formação, de modo que a proposta curricular da UFPI não se distanciava da tendência nacional da profissão naquele momento. No entanto, isso começou a ser abordado de forma mais enfática no PPC de 2023, que, entre outras mudanças, busca fortalecer uma formação antirracista na graduação em Serviço Social da UFPI. Essa iniciativa está alinhada com o movimento nacional da categoria, cujas entidades representativas

---

<sup>5</sup> Santos, Luciana Gomes dos. **Ser negro e ser encarcerado: a percepção dos detentos da Casa de Custódia de Teresina.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí, 2007.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

têm priorizado essa pauta, como será discutido a seguir.

## **A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROJETO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA**

**ATUALIDADE:** balanço do ensino, pesquisa e extensão

Para discutir a questão étnico-racial na formação em Serviço Social na atualidade no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, cabe, antes de tudo, reafirmar que a questão étnico-racial no Serviço Social, deve ser entendida conforme afirma Gonçalves (2018, p.515), como algo que configura e sustenta o antagonismo entre as classes sociais, “isto é, foi o alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro”, portanto ultrapassa a dimensão de mera expressão da questão social na medida que se torna a base da estrutura das relações sociais na sociedade brasileira, tornando-se o pilar sobre o qual as desigualdades são produzidas e reproduzidas.

Dito isso, cabe ainda lembrar dos princípios fundamentais que norteiam a direção ético-política do fazer profissional do assistente social em conformidade com seu Código de Ética, que corroboram com a pauta do enfrentamento à questão étnico-racial, como visto anteriormente. É na defesa da direção ético-política sustentada por um Serviço Social crítico, comprometido com as classes trabalhadoras e com os movimentos sociais, que as entidades da categoria, a ABEPSS, o Conjunto CRESS/CFESS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) têm empreendido esforços conjuntos no sentido de construir uma agenda antirracista para o Serviço Social.

Além do compromisso ético-político de enfrentamento ao preconceito, subjaz a compreensão de que o(a) assistente social “tem relação direta com as demandas da população negra” (CFESS, campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo – 2017- 2020). Isso decorre, por um lado, da sua condição de trabalhador(a) assalariado(a) que, conforme a pesquisa sobre o perfil do(as) assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2022), 50,34% das(os) assistentes sociais são pretas/negras/pardos e 0,51% são indígenas e, por outro lado, a população usuária dos serviços sociais atendidos por assistentes sociais (saúde, habitação, assistência social) são, na sua maioria, pessoas pretas, negras, pardas e indígenas, que residem na periferia das cidades e do campo.

No sentido de materializar a luta antirracista no Serviço Social, o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS tem construído uma agenda positiva que envolve estratégias orientadas para a formação e para o fazer profissional, das quais destacam-se:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

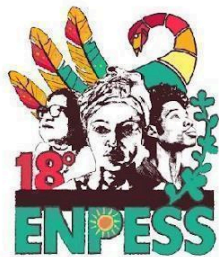
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- a) No que respeita ao **fazer profissional**, destaca-se algumas ações mais recentes do conjunto CFESS/CRESS: 1) Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020) que culminou em 2020, com a publicação de um livro que sistematiza a metodologia e resultados da mesma; 2) Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia (2021), autoria de Márcia Campos Eurico; 3) Resolução CFESS N° 1.054, de 14 de novembro de 2023, que estabelece normas e veda condutas de discriminação e preconceito étnico-racial.
- b) No âmbito da **formação**, a ABEPSS tem trazido inúmeras contribuições ao debate, priorizando o tema no âmbito do próprio planejamento da gestão 2023/2024, ao propor: “promover/fomentar uma formação profissional antirracista”. Dentre as ações, merecem destaque: 1) ABEPSS Itinerante sobre a Formação Antirracista, realizada em todas as regionais da Associação; 2) A ABEPSS, também propôs aos Grupos de Trabalho a discussão do tema e a reformulação de suas ementas, de modo a contemplar a temática; 3) Criou também a Plataforma Antirracista, iniciativa louvável com o intuito de subsidiar o debate; além de contribuir com a produção de subsídios com a produção do impresso “subsídios ao debate da questão étnico-racial no Serviço Social” (2018) e a publicização do relatório da pesquisa sobre “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)”, dentre outras ações.

Como visto, o olhar para as relações sociais a partir da articulação das questões de classe, raça, gênero e etnia está presente na categoria no Código de Ética de 1993, na Lei nº 8.662/1993 e nas Diretrizes Curriculares, que conformam seu Projeto Ético-Político. Assim, embora esta pauta não seja nova e, sim, um processo em construção, tanto na sociedade brasileira, quanto no âmbito do Serviço Social, a busca de estratégias para fortalecer uma formação antirracista na profissão têm ganhado força nos últimos anos. No âmbito da graduação em Serviço Social da UFPI, como visto anteriormente, historicamente, o debate sobre a questão étnico-racial esteve invisibilizado nos currículos. Embora tenham sido identificadas algumas monografias, pesquisas e atividades de extensão que tratem da temática, sobretudo após a implementação do PPC de 2012, estas ainda são pontuais e fragmentadas. Todavia, é necessário evidenciar acerca da ausência de registros documentais sistematizados que possibilitem a análise mais acurada, sobretudo no que diz respeito a ações de pesquisa e extensão.

Este e outros desafios e fragilidades do processo de formação culminaram na reformulação do Projeto Político Pedagógico aprovado em 2023, através da Resolução



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CEPEX/UFPI nº 512/2023, implementado a partir de 2024, que passou a vigor a partir de 2024, portanto, está em processo de implantação, mas cuja construção durou cerca de uma década. Dentre as principais mudanças do PPC está a incorporação da curricularização da extensão e a ampliação do debate étnico-racial na formação, incorporado de forma transversal, seguindo a orientação da ABEPSS no que tange a formação antirracista no Serviço Social.

No novo PPC, no âmbito do ensino, foi criada uma disciplina, obrigatória, intitulada “Diversidade e desigualdades de gênero, raça-etnia e classe”, com carga horária de 60 horas, e uma optativa “Tópico especial sobre questão étnico-racial e serviço social”, também de 60 horas. Além disso, foram introduzidas nas ementas de outras disciplinas a obrigatoriedade da discussão do tema, a exemplo da disciplina de “Sociedade Civil e Movimentos Sociais” e “Questão Social”, assim como inseridas nas bibliografias básicas e complementares de componentes curriculares já existentes autores(as) que debatem a temática étnico-racional, a partir das referências indicadas pela ABEPSS na “Plataforma Antirracista”.

O novo PPC Serviço Social da UFPI, além do ensino, apresenta estratégias que envolvem a pesquisa e a extensão voltadas para o debate étnico-racial, compreendendo as particularidades étnicas e regionais, contemplando também a questão indígena, dos povos originários e questões referentes às especificidades da região.

No campo da pesquisa, foi possível identificar no escopo das pesquisas coordenadas por docentes do Departamento de Serviço Social da UFPI com registro ativo na Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQ), que alguns dos projetos cadastrados dialogam transversalmente com a temática, embora não tenha sido identificado nenhum projeto com abordagem direta. Além disso, identificou-se a existência de quatro Núcleos de Pesquisa e três Grupos de estudos, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, nos quais não foram identificadas linhas de pesquisa que tratam diretamente o tema, mas o abordam transversalmente.

No âmbito da extensão, o curso de Serviço Social conta atualmente com três programas, seis projetos e vários eventos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREXC). Da análise dos programas e projetos, identificou-se que todos, em algum nível, dialogam com a temática e, dentre estes, dois se destacam com ações diretamente relacionadas à temática:

- 1) Os projetos: “Diálogos acadêmicos e científicos sobre Políticas Públicas, direitos e cidadania” e “População em situação de rua e questão social”, vinculados ao “Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania” (PRAIDIH), dialogam diretamente com a temática. Neles, foram identificados os seguintes eixos temáticos: Questão social, políticas públicas e cidadania de pessoas negras;





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Questão social, políticas públicas e cidadania de povos indígenas, e, Questão social, políticas públicas e cidadania da população de rua.

2) O projeto “PET em Movimento”, vinculado ao Programa de Educação Tutorial do curso de Serviço Social da UFPI, o qual, é organizado em grupos de trabalho, tem um de seus grupos, denominado de “GT3: Problematizando as relações sociais: questões de etnia e gênero”, que é responsável pela pauta da Questão étnico-racial no âmbito do PET. As ações do PET são materializadas por meio do projeto PET em Movimento, que desenvolve atividades, tais como:

- a) CINEPET – com destaque para a atividade alusiva ao Dia da Consciência Negra, o GT3 trabalhou o filme “Corra” do diretor Jordan Peele que fomentou o debate;
- b) Seminário temático: Questão étnico-racial e Serviço Social;
- c) Estudo temático: Racismo no espaço universitário;
- d) PET Comunicação: socialização da agenda antirracismo do PET Serviço Social, com a publicação em redes sociais de *posts* com a temática.

Nesta perspectiva, a extensão universitária tem consistido numa ferramenta importante para a formação acadêmica, uma vez que, proporciona debates e experiências com temas alinhados a realidade social e à discussão da questão étnico-racial no Serviço Social. Destaca-se ainda para o potencial de ampliação com a curricularização da extensão, em processo de implementação no novo PPC.

Diante do contexto, os achados preliminares apontam para esforços do coletivo de docentes do Departamento de Serviço Social da UFPI, no sentido de fomentar uma formação global, integradora, de qualidade, que tenha como horizonte a formação cidadã, em consonância com a direção profissional do Serviço Social que, como prática profissional, é uma especialização do trabalho coletivo na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho na sociedade capitalista, especificamente na reprodução das relações sociais (Iamamoto; Carvalho, 2012).

## **O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFPI E A ARTICULAÇÃO COM O DEBATE ÉTNICO-RACIONAL**

Os Programas de Pós-Graduação (PPG's) no sistema federal de ensino foram regulamentados a partir do Parecer 977/1965, do CFE, constituindo, assim, uma importante referência para o sistema educacional brasileiro, que possibilitaram a expansão de um



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

importante nível de ensino, tornando-se, também, uma alavanca para as políticas que visam incentivar o desenvolvimento tecnológico e científico no país (Conceição; Coelho, 2020).

Assim, a Pós-Graduação *stricto sensu* foi impulsionada a partir dos anos 1960, sob a égide da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por sua vez, o Sistema Nacional de Pós-Graduação foi instituído no ano de 1975, promovendo, assim, um processo de estruturação e de ampliação da pós-graduação no Brasil (Alcântara; Correia, 2018).

Como resultado desse processo, a partir da década de 1970, destaca-se a ação de pesquisadores(as) e professores(as) na resistência à Ditadura Militar com mobilizações em prol da reabertura política e da retomada da democracia no país, notadamente do Serviço Social, com ações que impulsionaram a pós-graduação e a produção científica (Alcântara; Correia, 2018).

Nas décadas de 1980 e 1990 tem-se a reestruturação dos PPG's e a colocação dos grupos de pesquisas e das linhas de pesquisas como "critérios para o credenciamento e autorização dos programas". No referido contexto, os temas e as áreas de concentração "já não eram mais o foco da organização dos programas, mas sim os problemas colocados pela realidade social e educacional" (Conceição; Coelho, 2020, p. 106), havendo uma articulação mais incisiva entre a definição das linhas de pesquisas e os focos de atuação dos PPG's.

Assim, as diferentes perspectivas teóricas e a produção científica de pesquisadores no âmbito da Pós-Graduação no Brasil têm se constituído em instrumentos para a formulação de políticas públicas, contribuindo para a produção do conhecimento, a formação de recursos humanos e a qualificação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A ampliação da produção intelectual com ênfase nas relações étnico-raciais no Brasil foi impulsionada a partir do ingresso de pesquisadores(as) e ativistas negros(as) nas universidades públicas brasileiras, notadamente, após a aprovação da Lei de Cotas - Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", impulsionando a produção de conhecimento e a discussão das questões étnico-raciais e sobre a importância do desenvolvimento de políticas públicas visando o enfrentamento do racismo (Conceição; Coelho, 2020).

Contudo, apesar dos avanços, o processo de implementação e de estruturação dos PPG's no Brasil foi perpassado por assimetrias regionais, que precisam ser enfrentadas a partir do princípio da equidade visando ultrapassar as disparidades que existem, visto que estas impactam no desempenho e na qualidade dos referidos programas, fazendo-se necessário o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desenvolvimento de políticas de fomento e de apoio aos programas de pós-graduação, notadamente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentam menores aportes, quando comparados com os que estão alocados nas regiões Sudeste e Sul do país.

De modo que o aumento da produção científica relativa às relações étnico-raciais reafirma a importância da discussão da temática e da realização de pesquisas sobre esse objeto de estudo na pós-graduação, em face dos desdobramentos das estruturas de desigualdades historicamente construídas na realidade brasileira, que tem subalternizado e vulnerabilizado povos originários, população negra, quilombolas, mulheres, dentre outros.

Nesse sentido, analisar-se-á, de uma forma breve e aproximada, a atuação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí no que se refere ao debate étnico-racial, considerando a matriz curricular, as linhas de pesquisas, as teses e dissertações produzidas, bem como a produção bibliográfica do programa.

O PPGPP-UFPI foi criado em 2002, com a implantação do Mestrado, e com o curso de Doutorado em 2011, a partir de “um núcleo básico de professores dos Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais e docentes de outras unidades de ensino (História, Economia, Direito) que, como professores permanentes, visitantes ou colaboradores, ingressaram no Programa sob a aprovação do Colegiado”<sup>6</sup>(Teixeira; Joazeiro; Guimarães; Cavalcante, 2024, p. 104).

O PPGPP-UFPI apresentou nota 5 (cinco) na avaliação do quadriênio 2017-2020, realizada pela CAPES e está alocado na área das Ciências Sociais Aplicadas, tendo como área de concentração a temática Estado, Sociedade e Políticas Públicas, com as seguintes linhas de pesquisa: 1) Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais; 2) Políticas Públicas e Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Gerações.

O referido programa tem uma perspectiva interdisciplinar e interdepartamental, visando a formação de pesquisadores, docentes, recém-graduados, profissionais, dentre outros, com uma formação ampla visando a produção de conhecimento e o desenvolvimento de competências teórica, política e técnica na área das políticas públicas.

---

<sup>6</sup> O PPGPP foi um dos primeiros programas de Pós-Graduação, sendo o 5º Mestrado e 3º Doutorado da UFPI, e o primeiro do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI, contribuindo para a ampliação da produção de conhecimento e a aquisição de experiência de “docentes em ensino pós-graduado e em pesquisa”, o que os habilitou a “integrar as equipes propositoras de APCN de novos Programas, contribuindo para o crescimento da Pós-Graduação na UFPI”, destacando-se, dentre eles: “Programa de História do Brasil (2004), Ciências e Saúde (2004), Ciência Política (2007), Antropologia (2008) e Sociologia (2011), inserindo-se no esforço de consolidação da Pós-Graduação e da pesquisa previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI” (Teixeira; Joazeiro; Guimarães; Cavalcante, 2024, p. 104).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Apesar de já existirem produções e discussões sobre a questão étnico-racial, notadamente a partir de 2013, com a aprovação da Lei de Cotas, o debate étnico-racial ganhou significativo impulso no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, após a aprovação da Resolução 001/2023 – PPGPP-UFPI, que regulamentou a substituição da linha Cultura, Identidade e Processos Sociais pela linha Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Gerações, colocando como obrigatória a disciplina Questão Social e a Realidade

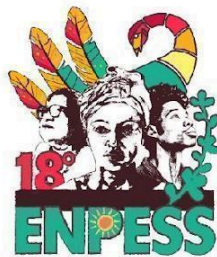
Brasileira para todos(as) os(as) mestrandos(as) e doutorandos(as) em Políticas Públicas na UFPI com projetos de pesquisa na referida linha, fortalecendo, também, a discussão étnico racial nas demais disciplinas ofertadas, notadamente nas disciplinas Formação da Sociedade Brasileira e Tópicos de Questão Social.

Em conformidade com o Art. 3º da referida Resolução, a ementa da linha Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Gerações está centrada em:

Estudos e pesquisas, extensão e ensino com ênfase nas relações e imbricações entre classes, gênero, raça/etnia e nas políticas de enfrentamento às desigualdades nos diversos campos da vida social; Refletir sobre, e produzir conhecimento das múltiplas expressões da questão social em suas formas diversas de opressões, interseções e imbricamentos, visando a uma melhor compreensão dos desafios individuais e coletivos, nos planos objetivos e das subjetividades, nas relação entre Estado e Sociedade Civil, nos diversos eixos e campos temáticos, tais como: Políticas públicas, processos, atores e atrizes sociais e lutas por reconhecimento; Direitos sociais e políticas públicas de atendimento às demandas sociais relativas à infância, juventude, velhice e família; Territorialidade, ruralidades, urbanidades, relações urbano/rural; Cultura, política, identidades e os desafios à interculturalidade; Processos determinantes da saúde, saúde pública, produção social da loucura, saúde mental, política de saúde mental, álcool e outras drogas; Processos de trabalho e formação profissional, dentre outros” (UFPI, 2023, p. 1).

A disciplina “Questão Social e a Realidade Brasileira” é obrigatória para todos/as os/as discentes com projetos de pesquisas na linha “Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Gerações”, e, nesse sentido, apresenta aportes teórico-metodológicos que permitem discutir as desigualdades histórica e socialmente construídas e a questão social, considerando a articulação das relações sociais de classe, gênero e raça/etnia que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e demais dimensões das sociabilidades, com reflexões sobre as políticas sociais e processos sociais de enfrentamento das explorações e opressões.

A questão étnico-racial também é abordada de forma mais direta na disciplina “Formação da Sociedade Brasileira”, que contém discussões sobre a trajetória sócio-histórica, os povos originários, o racismo, o patriarcado e a formação do povo brasileiro e da classe operária, com a problematização das estruturas de desigualdades que engendram explorações



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

e opressões e seus desdobramentos na força de trabalho e no mundo do trabalho a partir de um processo de hierarquização da classe trabalhadora.

Por sua vez, a disciplina “Tópicos de Questão Social”, tem uma centralidade na discussão étnico-racial, com reflexões sobre o racismo, considerando as bases do sistema cis-hetero-patriarcal-racista-capitalista, histórica e socialmente construído no Brasil.

**Quadro 1 – Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas que abordam diretamente a questão étnico-racial - Período 2013-2024**

Ano	Dissertações / Discentes
2013	As cotas na Universidade Federal do Piauí: instituição e resultados - <i>Marcelo Batista Gomes</i>
2022	Femicídio: interseccionalidade de gênero, raça e classe no âmbito criminal – <i>Brenna Galtierrez Fortes Pessoa</i>
2023	Mulheres indígenas e ação política na luta por reconhecimento no Peru (processos de organização e de elaboração de políticas públicas em um espaço de participação intergovernamental, de 2014 a 2021) - <i>Eliana Lizet Jacobo Mendonza</i>
	Sapatonas caminhoneiras negras e o mercado de trabalho como um desafio - <i>Luara Dias Silva</i>
	O Movimento Mulheres Negras Decidem - MND e o debate sobre a agenda pública política brasileira com o auxílio do ciberfeminismo - <i>Naína Jéssica Carvalho Araújo</i>
	Travestilidades negras: descolonizando a escola - <i>Jessyka da Silva Rodrigues</i>
	Transformando o luto em luta: um estudo acerca da atuação de mulheres negras no movimento feminista frente popular de mulheres contra o feminicídio no Piauí - <i>Ana Vitória de Sousa Silva</i>
2024	Na pele que se habita - diálogos, vivências e construção das masculinidades negras gays na universidade – <i>Antonio de Moura Fé</i>

**Fonte:** Elaboração própria, com base nas informações do site da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI, 2024.

O quadro 1 mostra que a discussão da questão étnico-racial ganhou maior visibilidade com a aprovação da Lei nº 10.639/2003 (Lei de Cotas), trazendo importantes aportes para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produção de conhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Cabe destacar que, de modo geral, para além dos trabalhos supracitados, a questão étnico-racial tem sido abordada de forma transversal por significativa parcela das produções do Mestrado em Políticas Públicas do período mais recente.

Em relação ao Doutorado em Políticas Públicas da UFPI, grande parte dos projetos que abordam diretamente a questão étnico-racial encontra-se em andamento, ainda passando pelas qualificações e/ou com trabalhos sendo construídos, o que aponta também para significativas contribuições em relação ao debate étnico-racial nesse nível de ensino, mostrando que as alterações recentes implementadas pelo Programa têm fomentado o referido debate, de forma a ampliar a produção do conhecimento e a fortalecer as lutas antirracistas.

Daí a importância dos programas de pós-graduação da área do Serviço Social, atuarem na produção de conhecimento e na formação de recursos humanos visando a discussão étnico-racial, com o fomento à pesquisa e o desenvolvimento de saberes e fazeres, contribuindo assim, para o enfrentamento de desigualdades, bem como para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Cabe destacar ainda, que, apesar da questão étnico-racial ser abordada diretamente e/ou de forma transversal pelos diversos núcleos e grupos de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas ou articulados a este, registrados no diretório de grupos do CNPq, bem como nos eventos científicos e nas produções bibliográficas e técnicas do programa, considerando as diversas perspectivas teóricas e as múltiplas temáticas de estudo, a mesma tem sido fomentada mais incisivamente a partir da articulação das dimensões de classe, de raça e de gênero, bem como da crítica às desigualdades engendradas na ordem societária do capital.

Em conformidade com Munanga (1996), é preciso resgatar a contribuição sócio histórica da população negra a partir da visibilização da história africana e afro-brasileira, com o fortalecimento das lutas e resistências (Moura, 2014) e o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao racismo.

Compreende-se o racismo enquanto estrutural, com base em Almeida (2019). Esse conceito apresentou significativo avanço na discussão das relações étnico-raciais, mostrando que o racismo ultrapassa a ação individual, visto que articula relações de poder, com desdobramento nas relações sociais e institucionais. De modo que se entende que o racismo estrutura a ordem social, e considerando as estruturas que ensejam as desigualdades presentes na sociedade cis-hetero-patriarcal-racista-capitalista, a partir do imbricamento entre classe, raça



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

e sexo/gênero, faz-se necessário o engajamento de todos/as nas lutas antirracistas, antissexistas, antipatriarcais, anticapacitistas e antiprisionais, visando a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

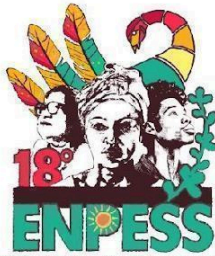
Assim, o fortalecimento da pós-graduação no que se refere ao debate étnico-racial é de suma importância considerando a necessidade de adoção de ações de promoção da igualdade e da diversidade, bem como de remoção de obstáculos para o acesso de pessoas negras, indígenas e quilombolas à graduação e à pós-graduação, além da ampliação dos espaços para debates que permitam a revisão de práticas institucionais.

## CONCLUSÃO

O debate sobre a questão étnico-racial não é novo no Serviço Social brasileiro, presente enquanto princípio fundamental no Código de Ética de 1993 e na formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, que trazem um olhar para as relações sociais a partir da articulação entre classe, gênero, raça e etnia, que compõem a totalidade da realidade social e entrecruzam desigualdades sociais. Apesar disso, essa discussão ganha maior visibilidade nos últimos anos, quando as entidades representativas da profissão no Brasil elegem a pauta antirracista como prioritária, em consonância com as agendas dos movimentos sociais e políticos vivenciados tanto na sociedade brasileira quanto em outros países. Assim, a temática passa a adquirir mais visibilidade nas pesquisas, nos eventos da categoria, na formação e no exercício profissional.

No curso de graduação em Serviço Social da UFPI, criado em 1976, o debate étnico racial aparece historicamente invisibilizado nos currículos, fragilidade enfrentada no Projeto Pedagógico aprovado de 2023, que busca fortalecer uma formação antirracista. Além disso, observa-se, sobretudo nos últimos anos, a ampliação de ações de pesquisa e extensão no curso da UFPI que discutem essa temática de forma transversal. No Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFPI, avaliado com nota 5 na área de Serviço Social pela CAPES, a questão étnico-racial já vem sendo tema de investigações de dissertações desde a sua criação, com potencial de ampliação com a criação da linha de Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Gerações, em 2023. Nesse cenário, salienta-se a necessidade de articular esse debate com os fundamentos teórico-críticos que subsidiam da categoria no Brasil, na direção de fortalecer o seu Projeto Ético-Político.

## REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALCÂNTARA, Itamires Lima Santos; CORREIA, Aline Nascimento Santos. A temática étnico racial na pós-graduação em serviço social. **Anais...** 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS. **Perfil de assistentes sociais no brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022.

CONCEIÇÃO, Marcela Silva da; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A discussão das relações étnico-raciais nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste (2009-2016), **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, out./dez, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnDDQfjR3sXdx9YgyKxhfSc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de julho de 2024.

FERREIRA, Juliana Aparecida de Oliveira Pereira. **As relações étnico-raciais na perspectiva do egresso do mestrado:** a educação como mecanismo de transformação social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Taubaté: Taubaté – SP, 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálisis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica:** alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 dez. 2023.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: QUEIROZ, R.; SCHWARCZ, L. (Orgs.), **Raça e diversidade.** São Paulo: EDUSP, 1996, p. 2012-229.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. A tradição marxista na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 24, n.1, p. 212-235, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/43626> Acesso em: 13 jul. 2024.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, Ano IV, n.12, agosto de 1983, p.109-139.

TEIXEIRA, Solange Maria; JOAZEIRO; Edna Maria Goulart; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; CAVALCANTE, Maria Aparecida Milanez. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI: impactos e desafios. In: Joana Valente Santana, Vanda Micheli Burginski (organizadoras). **A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS e sua importância para a sociedade**: desafios, resistências e estratégias, Palmas, TO: EdUFT, 2024.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Lista geral de egressos**. Disponível em: <https://egressos.ufpi.edu.br/nossos-egressos> Acesso em 13 jul. 2024.

UFPI. Universidade Federal do Piauí / Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. **Resolução 001/2023** - PGGPP/UFPI. Regulamenta as mudanças na linha Cultura, Identidade e Processos Sociais e na disciplina considerada obrigatória para todos os mestrandos e doutorandos em Políticas Públicas na UFPI, com projetos de pesquisa nesta linha, 2023.

UFPI - Universidade Federal do Piauí. CEPEX. **Resolução nº 169/2012**, de 20 de outubro de 2012. Aprova Alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Serviço Social/UFPI.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CEPEX. **Resolução nº 10/1987, de 06 de julho de 1987**. Aprova Proposta do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1987.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CONSUN. **Resolução nº 02/1976**. Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 1976.

VIEIRA, Ana Cristina S. **Ensino de Serviço Social no Nordeste**: entre a Igreja e o Estado. Tese. Programas Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1992.